



27 DE ABRIL DE 2018

Sexta-feira

- **NOVOS PROJETOS DE LEI - NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 12. ANO XIV. 26 DE ABRIL DE 2018**
- **INA DA INDÚSTRIA PAULISTA SOBE 0,6% EM MARÇO ANTE FEVEREIRO, DIZ FIESP**
- **FGV: CONFIANÇA EMPRESARIAL CAI 1,4 PONTO EM ABRIL ANTE MARÇO, PARA 93,4 PONTOS**
- **INDÚSTRIA CORTA 327 MIL VAGAS NO 1º TRIMESTRE ANTE 4º TRIMESTRE DE 2017, DIZ IBGE**
- **TAXA DE DESEMPREGO SOBE PARA 13,1%, DIZ PESQUISA DO IBGE**
- **SUDESTE PUXA INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS, MOSTRA SPC BRASIL**
- **BC CRIA NOVA REGRA PARA COBRANÇA DE ENCARGO DE CLIENTE INADIMPLENTE NO ROTATIVO**
- **BRASIL PERDEU 1,528 MILHÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO 1º TRIMESTRE, REVELA IBGE**
- **INDICADOR DE INCERTEZA SOBE EM ABRIL ANTE MARÇO E SUPERA 110 PONTOS, REVELA FGV**
- **TODAS AS REGIÕES DO BRASIL MOSTRAM RETOMADA, MAS EM RITMO DIFERENTE, DIZ BC**
- **EMPREGO NOS SETORES DE ATACADO E SERVIÇOS REAGE EM SÃO PAULO, DIZ FECOMERCIO-SP**
- **MASSA DE SALÁRIOS EM CIRCULAÇÃO NA ECONOMIA CRESCE R\$ 3,442 BI EM 1 ANO, DIZ IBGE**
- **NOVAS REGRAS DIMINUEM CUSTO E INCENTIVAM INOVAÇÃO, DIZEM JOVENS EMPRESÁRIOS DAS FINTECHS**
- **FINTECHS PODERÃO CONCEDER CRÉDITO SEM MEDIAÇÃO DE BANCO**
- **CRE APROVA CÓDIGO ADUANEIRO DO MERCOSUL**
- **JUROS DO CHEQUE ESPECIAL SOBEM PARA 324,7% AO ANO**
- **PERT SN REGULAMENTADO PELO COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL**
- **BNDES REDUZ PREVISÃO DE EMPRÉSTIMOS EM 2018 APÓS 1º TRIMESTRE FRACO**

- DÓLAR RECUA ANTE REAL APÓS DADOS SOBRE A ECONOMIA DOS EUA
- ALTA DO DÓLAR NÃO DEVE PIORAR SITUAÇÃO DA DÍVIDA DO GOVERNO E DAS EMPRESAS
- BC PREVÊ QUE PIB CRESÇA 2,6% EM 2018 E EM TORNO DE 3% EM 2019, DIZ ILAN
- IGP-M SOBE 0,57% EM ABRIL APÓS ALTA DE 0,64% EM MARÇO, REVELA FGV
- ECONOMISTAS DEFENDEM NOVA AGENDA DE REFORMAS
- PAIM LAMENTA RETIRADA DE DIREITOS E DEFENDE APROVAÇÃO DE ESTATUTO DO TRABALHO
- ARCELORMITTAL CONCLUI VENDAS DE ATIVOS PARA INCORPORAR VOTORANTIM SIDERURGIA
- NOVO PRESIDENTE DA VW DIZ QUE EMPRESA ESTÁ NO CAMINHO CERTO, APESAR DE QUEDA NO LUCRO
- BOSCH COMPRA STARTUP DE COMPARTILHAMENTO DE CARROS DOS EUA
- CONSUMO DE ETANOL HIDRATADO NO BRASIL PODE SUBIR MAIS DE 20% EM MAIO, AVALIA SCA
- FIAT CHRYSLER CORTA DÍVIDA ALÉM DO ESPERADO NO 1º TRI
- JAGUAR LAND ROVER LIDERA PROJETO PARA AUTÔNOMOS
- ZF VAI À AGRISHOW COM NOVO EIXO PARA TRATORES
- TONANI ASSUME DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO NA FCA AL
- INVESTE SP E FORD ANUNCIAM MODERNIZAÇÃO EM FÁBRICA DE TAUBATÉ
- CENÁRIOS PARA A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA 2018

CÂMBIO		
EM 27/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,468	3,468
Euro	4,198	4,200

Fonte: BACEN

27/04/2018 – Fonte: FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Possibilidade de processo de adjudicação perante os cartórios extrajudiciais de registro de imóveis

PL 10046/2018 do deputado Dr. Sinval Malheiros (PODE/SP)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Novos legitimados para ajuizar ações coletivas

PL 10048/2018 do deputado Dr. Sinval Malheiros (PODE/SP)

MEIO AMBIENTE

Obrigatoriedade de informação acerca da forma de descarte ou de retorno da embalagem nos rótulos dos produtos industrializados

PL 9996/2018 do deputado Junji Abe (PSD/SP)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

FGTS

Movimentação do FGTS para custeio com ensino

PL 10031/2018 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)

Movimentação do FGTS para custeio de despesas com saúde consideradas urgentes

PL 10051/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Dedução de contribuições sociais para empresas que contratarem pessoas com mais de 60 anos

PL 10001/2018 do deputado Marco Antônio Cabral (PMDB/RJ)

INFRAESTRUTURA

Liquidação de tributos previdenciários e inscritos em dívida ativa da PGFN com certificados da dívida pública securitizados do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica

PL 10029/2018 do deputado Goulart (PSD/SP)

SISTEMA TRIBUTÁRIO

DESONERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Regime tributário da empresa comercial exportadora

PL 10011/2018 do deputado Nilson Leitão (PSDB/MT)

OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Permissão de concessão de medida liminar à compensação de créditos tributários e à entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior

PL 10037/2018 do deputado Goulart (PSD/SP)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Concessão de desconto na tarifa de energia elétrica para associações comunitárias, cooperativas, fundações e ONGs de um modo geral sem fins lucrativos
PL 10006/2018 do deputado Adail Carneiro (PODE/CE)

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Rotulagem de anticoncepcionais femininos
PL 10043/2018 do deputado Fábio Trad (PSD/MS)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Instituição do Fundo Estadual de Combate à Corrupção e destinação de recursos para o Fundo Estadual de Combate à Pobreza
PEC 02/2018 de autoria dos deputados Cobra Repórter (PSD) e Ratinho Junior (PSD)

Permissão de recomposição das bancadas e blocos parlamentares na ALEP, diante das mudanças partidárias ocorridas em 2018

PR 7/2018 de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a permissão de recomposição das bancadas e blocos parlamentares nos 10 (dez) dias seguintes à promulgação desta resolução, por ocasião das mudanças partidárias ocorridas no ano de 2018

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Regulamentação da rotulagem de alimentos gordurosos e industrializados
PL 210/2018 de autoria do deputado Rasca Rodrigues (PODE)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Obrigações de adoção do atestado e do receituário médico digital
PL 219/2018 de autoria dos deputados Anibelli Neto (PMDB); Claudio Palozzi (PSC); Delegado Recalcatti (PSD)

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Regulamentação do ICMS a recolher por estabelecimento, resultado da diferença positiva no regime de compensação
PL 226/2018 de autoria do deputado Ratinho Junior (PSD)

INA da indústria paulista sobe 0,6% em março ante fevereiro, diz Fiesp

27/04/2018 – Fonte: EM.com

O indicador de nível de atividade (INA) da indústria paulista avançou 0,6% em março ante fevereiro, na série com ajuste sazonal, revelaram nesta sexta-feira, 27, a Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).

No primeiro trimestre de 2018, o indicador constatou alta de 0,4% em comparação ao verificado ao longo do quarto trimestre do ano passado, indicando uma desaceleração da atividade industrial paulista, que teve expansão de 1,5% no último trimestre de 2017 em relação aos três meses anteriores.

Sem ajuste sazonal, o indicador registrou alta de 2,9% em março ante igual mês de 2017, e avançou 9,7% em relação ao verificado em fevereiro de 2018. Já no acumulado dos três primeiros meses de 2018 ante igual período do ano anterior, houve alta de 5,2% no indicador.

Em nota à imprensa, o segundo vice-presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, afirma que a trajetória de recuperação da atividade econômica brasileira e da indústria de transformação deve se manter nos próximos meses, mas ainda em ritmo

moderado. "Essa retomada gradual e moderada se deve à incerteza quanto ao cenário eleitoral e ao andamento das reformas, como a da previdência", diz.

"Outro fator que contribui para o crescimento mais lento da atividade econômica são os elevados spreads bancários, limitando o efeito da queda da taxa Selic aos seus patamares mínimos históricos. A redução dos juros não chegou ainda ao consumidor", avalia Roriz.

Em relação ao uso da capacidade instalada, o nível médio de utilização em março com ajuste sazonal ficou em 75,8%, o que representa ligeira alta em relação a fevereiro (75,7%). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) em março de 2017 estava em 74,1% na medida com ajuste sazonal.

Sensor

A pesquisa Sensor, que tenta antecipar o resultado do mês corrente, fechou em 53,3 pontos em abril, na série ajustada sazonalmente, com alta de 0,9 ponto ante o resultado de março, representando o décimo quinto mês consecutivo acima dos 50 pontos. A Fiesp/Ciesp aponta que leituras acima do patamar de 50 pontos indicam a expectativa de aumento da atividade industrial no mês.

Entre os indicadores que compõem o Sensor, a variável de vendas subiu 7,2 pontos em abril, para 61,9 pontos. O indicador de emprego teve avanço de 1,1 ponto, para 53,3 pontos.

Já o indicador de estoques registrou queda de 3,3 pontos ante março (46,8 pontos), atingindo 43,5 pontos e indicando estoques acima do nível desejado. Enquanto isso, a variável que verifica as condições de mercado recuou 0,5 ponto, para 55,2 pontos em abril.

FGV: Confiança Empresarial cai 1,4 ponto em abril ante março, para 93,4 pontos

27/04/2018 – Fonte: EM.com

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) recuou 1,4 ponto em abril ante março, alcançando 93,4 pontos, informou nesta sexta-feira, 27, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Pela métrica de médias móveis trimestrais, o índice caiu 0,4 ponto, após sete altas consecutivas.

"A queda da confiança empresarial em abril parece refletir certo desapontamento do setor produtivo com o ritmo lento de atividade neste início de ano e o aumento de incertezas com a entrada do período eleitoral no radar das expectativas.

A boa notícia é que os indicadores que medem a percepção sobre a situação atual continuaram subindo no mês, sinalizando que a economia continua na fase de recuperação gradual", avaliou Aloisio Campelo Junior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice de Confiança Empresarial reúne os dados das sondagens da Indústria de Transformação, Serviços, Comércio e Construção. O cálculo leva em conta os pesos proporcionais à participação na economia dos setores investigados, com base em informações extraídas das pesquisas estruturais anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a FGV, o objetivo é que ICE permita uma avaliação mais consistente sobre o ritmo da atividade econômica.

O subíndice da Situação Atual (ISA-E) subiu 0,2 ponto em abril, para 90,6 pontos, a 16ª alta consecutiva. Já o Índice de Expectativas (IE-E) caiu 1,2 ponto, para 98,6 pontos. Em abril, a confiança recuou em todos os setores, com destaque para a Indústria e os Serviços, que contribuíram com 69% e 23% para a queda do ICE,

respectivamente.

A coleta do Índice de Confiança Empresarial, de acordo com a FGV, reuniu informações de 4.842 empresas dos quatro setores entre os dias 2 e 24 de abril.

Indústria corta 327 mil vagas no 1º trimestre ante 4º trimestre de 2017, diz IBGE

27/04/2018 – Fonte: EM.com

A indústria cortou 327 mil postos de trabalho no primeiro trimestre deste ano, o equivalente a um recuo de 2,7% no total de ocupados no setor em relação ao quarto trimestre do ano passado. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados nesta sexta-feira, 27, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outros setores que demitiram no período foram a construção, com 389 mil empregados a menos; serviços domésticos, 169 mil pessoas a menos; administração pública, defesa, seguridade social, educação e saúde, com 267 mil demissões; comércio, menos 396 mil trabalhadores; informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, menos 78 mil pessoas; e outros serviços, com a eliminação de 14 mil postos de trabalho.

Por outro lado, houve contratações na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 22 mil vagas a mais; alojamento e alimentação, mais 28 mil empregados; e transporte, armazenagem e correio, com 39 mil ocupados a mais.

Taxa de desemprego sobe para 13,1%, diz pesquisa do IBGE

27/04/2018 – Fonte: EM.com

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 13,1% no trimestre encerrado em março, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados na manhã desta sexta-feira, 27, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O total de desempregados no país chegou a 13,7 milhões, um aumento de 11,2% em relação ao trimestre anterior (12,3 milhões). Na comparação com o primeiro trimestre de 2017 (14,2 milhões de desocupados), houve queda de 3,4%.

A população ocupada (90,6 milhões) caiu 1,7% em relação ao último trimestre do ano passado (92,1 milhões), mas cresceu 1,8% em relação ao primeiro trimestre de 2017 (88,9 milhões).

Com isso, o nível de ocupação chegou a 53,6%, abaixo dos 54,5% do trimestre anterior, mas acima dos 53,1% do primeiro trimestre de 2017.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada atingiu 32,9 milhões de pessoas, queda de 1,2% (408 mil pessoas) ante o trimestre anterior e de 1,5% (menos 493 mil pessoas) na comparação com o primeiro trimestre do ano passado.

Já o número de empregados sem carteira assinada ficou em 10,7 milhões de pessoas, uma redução de 402 mil pessoas em relação ao último trimestre de 2017, mas uma alta de 5,2% de 533 mil pessoas em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

Setores

Na comparação com o último trimestre de 2017, metade dos dez grupamentos de atividades pesquisados tiveram queda na população ocupada, com destaque para a

construção, cujos ocupados recuaram 5,6% (uma perda de 389 mil postos de trabalho). Outros cinco grupamentos se mantiveram estáveis.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, três grupamentos registraram alta no total da população ocupada, com destaque para outros serviços, cujos postos de trabalho cresceram 10,4%. A construção foi o único grupamento com queda de 4,1%. Seis grupamentos ficaram estáveis.

Rendimento

O rendimento médio real habitual do trabalhador brasileiro foi de R\$ 2.169 no primeiro trimestre deste ano, relativamente estável tanto em relação ao último trimestre do ano passado quanto na comparação com o primeiro trimestre daquele ano.

Sudeste puxa inadimplência de empresas, mostra SPC Brasil

27/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

A inadimplências de empresas registradas nos cadastros de devedores cresceu 8,92% em março de 2018, na comparação com o mesmo mês do ano passado. O aumento ocorreu principalmente com empresa na Região Sudeste, com alta de 15,26% na comparação anual.

As demais regiões também apontaram crescimento, porém com índices menores: 3,56% no Sul; 2,35% no Centro-Oeste; 2,33% no Nordeste e 1,23% no Norte. Os dados foram apurados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Além disso, de fevereiro para março, houve leve alta de 2,36% nas dívidas em atraso em nome de pessoas jurídicas.

Os técnicos do SPC Brasil argumentam que a alta expressiva da inadimplência na Região Sudeste foi um fenômeno localizado, que ocorreu devido à revogação de uma lei no estado de São Paulo que exigia por parte dos credores o envio de uma carta com Aviso de Recebimento (AR), antes de efetivar o registro de atraso.

"Com o fim da lei, que burocratizava e tornava mais caro o processo de registrar uma dívida no banco de dados, muitas das negativações represadas entraram na base de dados de forma mais abrupta, contribuindo para um aumento da inadimplência não apenas na Região Sudeste, mas também no Brasil como um todo", explicou, em nota, a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

Dívidas em atraso

A pesquisa também apontou um crescimento de 7,47% na comparação anual com as dívidas em atraso em nome de pessoas jurídicas. O Sudeste puxou o crescimento com variação de 14,45% no período. Na comparação mensal, na passagem de fevereiro para março, a variação positiva foi de 2,40%.

Entre os segmentos devedores, a alta mais expressiva ficou com o ramo de serviços, que apresentou crescimento de 12,64%. Em seguida, aparecem o comércio (6,12%), a indústria (5,57%) e a agricultura (3,82%).

Considerando os setores credores, ou seja, apenas as empresas que deixaram de receber por uma dívida, o ramo de serviços também lidera, com alta de 9,29% em março. Em seguida, aparecem as indústrias (6,75%), acompanhadas das empresas do comércio (3,02%).

O único ramo a apresentar recuo foi a agricultura, cuja queda foi de 3,88% no período. De modo geral, cada empresário inadimplente detém duas dívidas registradas no banco de devedores, e 70% de todas as pendências são com o setor de serviços, que inclui instituições financeiras.

O Indicador de Recuperação de Crédito mostrou que, em março de 2018, o número de empresas que conseguiram recuperar crédito no acumulado dos últimos 12 meses apresentou queda de 0,79%. Apesar do recuo na quitação de dívidas, as quedas já foram maiores em períodos mais agudos da crise, chegando a -8,16% em setembro de 2016.

Dados mostram ainda que do total de empresas que saíram do cadastro de devedores mediante pagamento a maior parte (45%) é do setor de comércio, 42% atuam no setor de serviços e 9% estão no ramo da Indústria.

BC cria nova regra para cobrança de encargo de cliente inadimplente no rotativo

27/04/2018 – Fonte: EM.com

As operadoras de cartões de crédito não poderão mais cobrar juros especiais, quase sempre maiores, de clientes que estiverem no rotativo e ficarem inadimplentes, disse nesta quinta-feira, 26, o diretor de Regulação do Banco Central, Otávio Damaso. A medida baixada hoje pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) prevê que o juro continuará sendo o do rotativo, apenas acrescido de 2% de multa e 1% ao mês de juro de mora.

Embora o rotativo já seja uma das maiores taxas de juros cobradas dos brasileiros, há instituições que cobram um percentual ainda maior se o cliente que está no rotativo fica inadimplente.

Diante dessa disparidade, o objetivo do BC é fazer com que a taxa de juros cobrada pelo chamado "rotativo não regular", que é maior e pode chegar a patamares de 19% ao mês sobre faturas em atraso, convirja para a taxa cobrada no "rotativo regular", que é menor por ser aplicada a clientes que pagam o mínimo da fatura e em dia.

Quando o cliente já tiver o rotativo parcelado e ficar inadimplente, o juro do contrato de parcelamento será mantido - a única variação nos encargos será a aplicação de multa e mora.

O diretor negou a possibilidade de as instituições fazerem um movimento contrário, de migração das taxas do rotativo regular para patamares maiores, para fazer frente aos inadimplentes e penalizando quem usa o rotativo, mas paga em dia. Isso porque a mudança regulatória vem aliada da flexibilização no percentual mínimo de pagamento da fatura.

Hoje o mínimo é de 15% do valor da fatura, fixado em norma, mas o BC extinguiu essa regulação e vai deixar a fixação do percentual a cargo de cada instituição financeira, de acordo com sua política de crédito e o perfil do cliente.

Na prática, os bancos poderão cobrar um pagamento mínimo mais elevado de clientes que apresentem maior risco de inadimplência, embora a taxa de juros precise ser a mesma que a do rotativo regular.

Segundo o BC, a tendência dos bancos é segregar o mínimo da fatura por tipo de produto, em vez de cliente a cliente. Todas as mudanças precisarão ser comunicadas com 30 dias de antecedência.

Segundo Damaso, a norma incorpora a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) às regras do cartão de crédito.

Pela decisão da corte, os juros em caso de inadimplência ficam inalterados, e as instituições financeiras só podem acrescentar à cobrança a multa e o juro de mora. Essa prática já era adotada em outras modalidades de crédito, mas não no rotativo do cartão.

"Tem algumas questões peculiares que dificultam aplicar essa regra. Tem operações que não têm juros, compras parceladas sem juros ou com juros, saques, pagamento de boleto, é uma infinidade de operações que impedem uniformidade. Então estamos tratando isso", afirmou Damaso.

"Para adaptar a essa sistemática, tiramos da regulamentação a exigência de pagamento mínimo e transferimos para instituições financeiras. Com isso, expectativa do BC é que rotativo não regular migre para a taxa de juros do rotativo regular", acrescentou o diretor.

A chefe-adjunta do Departamento de Normas do Sistema Financeiro, Silvia Marques, ressaltou que hoje os bancos cobram taxas mais altas quando há inadimplência de clientes que estão no rotativo. Quando o cliente fica no rotativo por 30 dias, ele tem três opções: pagar toda a fatura, parcelar ou ficar inadimplente.

"Com regra atual, terá que manter taxa contratual mesmo em situação de inadimplência, não pode aplicar outra taxa, é sempre (juro do) rotativo mais multa e juro de mora. Exceção é o parcelado. Nessa situação, tem que cobrar a taxa do parcelado, mais multa e juro de mora", explicou Silvia.

Brasil perdeu 1,528 milhão de postos de trabalho no 1º trimestre, revela IBGE

27/04/2018 – Fonte: EM.com

O País perdeu 1,528 milhão de postos de trabalho em apenas um trimestre, ao mesmo tempo em que mais 1,379 milhão de pessoas migraram para o contingente de desempregados.

Outros 233 mil indivíduos aderiram à população inativa no primeiro trimestre de 2018. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados na manhã desta sexta-feira, 27, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No primeiro trimestre, o mercado de trabalho perdeu 408 mil vagas com carteira assinada em relação ao quarto trimestre de 2017, descendo ao menor patamar da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012.

O contingente de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado encolheu em 402 mil pessoas, e outros 248 mil indivíduos deixaram o trabalho por conta própria. O setor público teve queda de 255 mil postos de trabalho em apenas um trimestre. O emprego como trabalhador doméstico diminuiu em 167 mil pessoas.

De acordo com o IBGE, o Brasil tinha 13,689 milhões de pessoas em busca de emprego no primeiro trimestre deste ano. Apesar do patamar elevado de desemprego, houve melhora em relação a igual período do ano anterior, segundo dados da Pnad Contínua agora divulgada.

Há menos 487 mil desempregados em relação a um ano antes, o equivalente a um recuo de 3,4%. O total de ocupados cresceu 1,8% no período de um ano, o equivalente à criação de 1,634 milhão de postos de trabalho. O contingente de inativos avançou 0,7%, 455 mil pessoas a mais nessa condição.

Como consequência, a taxa de desemprego passou de 13,7% no trimestre até março de 2017 para 13,1% no trimestre encerrado em março de 2018.

O nível da ocupação, que mede o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, foi estimado em 53,6% no primeiro trimestre deste ano.

Carteira assinada

O mercado de trabalho brasileiro perdeu 493 mil vagas com carteira assinada no período de um ano. O total de postos de trabalho formais no setor privado encolheu 1,5% no primeiro trimestre de 2018 ante o quarto trimestre de 2017.

O total de vagas formais no setor privado no País caiu a 32,913 milhões de postos, o montante mais baixo de toda a série histórica iniciada em 2012. Já o emprego sem carteira no setor privado teve aumento de 5,2% em um ano, com 533 mil empregados a mais. O total de empregadores cresceu 5,7% ante o primeiro trimestre de 2017, com 234 mil pessoas a mais.

O trabalho por conta própria cresceu 3,8% no período, com 839 mil pessoas a mais. A condição de trabalhador familiar auxiliar aumentou 1,4%, com 31 mil ocupados a mais. O setor público gerou 345 mil vagas, um avanço de 3,2% na ocupação.

Houve aumento de 145 mil indivíduos na condição do trabalhador doméstico, 2,4% de ocupados a mais nessa função, segundo o IBGE.

Indicador de incerteza sobe em abril ante março e supera 110 pontos, revela FGV

27/04/2018 – Fonte: EM.com

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) subiu 5,5 pontos na passagem de março para abril, alcançando 113,2 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta sexta-feira, 27.

Com o resultado, o Indicador acumula 10,7 pontos de crescimento nos últimos dois meses, superando o intervalo de incerteza moderadamente elevada (entre 100 a 110 pontos) para retornar ao nível de incerteza elevada que vigorou na maior parte do triênio 2015-2017.

"A incerteza econômica continua em alta e parece não dar sinais de arrefecimento. Além dos motivos internos, como as eleições em outubro e a situação fiscal, que continua em aberto, parece que o mundo também resolveu nos exportar incerteza.

Destaque para o aumento do preço do petróleo, o aumento do protecionismo da Era Trump e consequentes tensões comerciais entre EUA e China, e a expectativa de aumento da inflação e juros americanos", avaliou o economista Pedro Costa Ferreira, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O IIE-Br passou a integrar o calendário de divulgações de indicadores econômicos do Ibre/FGV no fim de 2016. O índice mensal é composto por três componentes: o IIE-Br Mídia, que faz o mapeamento nos principais jornais da frequência de notícias com menção à incerteza; o IIE-Br Expectativa, que é construído a partir das dispersões das previsões para a taxa de câmbio e para o IPCA; e o IIE-Br Mercado, baseado na volatilidade do mercado financeiro.

Em abril, a alta do IIE-Br foi determinada pelos componentes mídia e expectativa. O componente de Mídia subiu 5,3 pontos, contribuindo com 4,6 pontos para o avanço do índice geral no mês; o IIE-Br expectativa subiu 4,1 pontos, exercendo uma contribuição de 1 ponto para o índice agregado.

Já o IIE-Br mercado recuou 1 ponto, colaborando para conter a alta do Indicador de Incerteza, com influência de -0,1 ponto. A coleta do Indicador de Incerteza da Economia Brasileira é realizada entre os dias 26 do mês anterior e 25 do mês de referência.

Todas as regiões do Brasil mostram retomada, mas em ritmo diferente, diz BC

27/04/2018 – Fonte: EM.com

As cinco regiões do Brasil estão mostrando retomada da atividade econômica desde 2017, mas em ritmo diferente, disse nesta quinta-feira, 26, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Tulio Maciel, em evento para comentar a publicação Boletim Regional na capital pernambucana.

A região Nordeste cresceu 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro, enquanto o Centro-Oeste avançou 2,1% e o Sul cresceu 0,5%. Já o Sudeste mostrou estabilidade na comparação com o trimestre anterior encerrado em novembro de 2017.

Maciel ressaltou que a retomada da atividade é ajudada pela recuperação do crédito, especialmente para a pessoa física.

Em todas as regiões, disse ele, há um declínio dos empréstimos para empresas, enquanto as operações para as famílias aumentaram. Muitas empresas, destacou, estão trocando o crédito bancário por operações de captação no mercado de capitais.

"A tendência mais recente é que todas as regiões mostram retomada, mas cada uma com um ritmo e peculiaridade diferente", disse ele. Maciel destacou que a safra agrícola este ano será menor que a de 2017, mas mesmo assim vai contribuir para a retomada e será a segunda melhor safra de grãos da história. O Nordeste é a única região que manterá crescimento em relação ao ano passado, disse ele.

No comércio externo, o executivo do BC ressaltou que a economia global mais robusta, com tendência de crescer mais em 2018, deve aumentar a demanda por exportações brasileiras.

Ao mesmo tempo, há tendência também de aumento das importações pelo Brasil por conta da retomada da economia.

Maciel mencionou em sua apresentação que todas as regiões do Brasil mostraram declínio da taxa de desemprego, mas observou que o nível de pessoas sem trabalho ainda segue elevado. "Quando se olha apenas emprego formal, também vemos melhora", completou.

O comércio foi fundamental para que a retomada ganhasse força e deve continuar a ser em 2018, observou Maciel. Já o setor de serviços ainda não reagiu na mesma proporção que outros setores.

Emprego nos setores de atacado e serviços reage em São Paulo, diz Fecomercio-SP

27/04/2018 – Fonte: EM.com

O emprego nos setores de atacado e serviços começa a dar sinais de reação em São Paulo. Segundo levantamento da FecomercioSP com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), pelo segundo mês seguido, ambos os setores geraram emprego com carteira assinada no Estado e registraram o melhor fevereiro desde 2014, com 849 novos postos no atacado e 33,7 mil no setor de serviços. Apesar da melhora, os setores estão longe do patamar de empregos antes da crise.

No comércio atacadista, os 849 postos de trabalho criados em fevereiro deste ano são resultado de 15.317 admissões e 14.468 desligamentos. O setor encerrou o mês com

um estoque ativo de 499.804 vínculos. Na comparação com fevereiro do ano passado, o mercado de trabalho no atacado avançou 1,7%.

No setor de serviços, em fevereiro, foram abertas 33.749 novas vagas, resultado de 205.997 admissões e 172.248 desligamentos.

No saldo acumulado em doze meses, pouco mais de 19 mil vínculos celetistas foram criados, o que representa uma alta de 0,5% no estoque de trabalhadores em relação a fevereiro de 2017, a quinta taxa positiva consecutiva.

Mesmo com os dados mais positivos frente o último ano, o assessor econômico da FecomércioSP, Jaime Vasconcelos, aponta que "ainda vai demorar anos" para os setores retomarem o patamar pré-crise. No setor de serviços, o saldo em fevereiro de 2014 foi de 2,8 mil empregos criados. No comércio atacadista, no fevereiro pré-crise foram criados 57,4 mil vagas.

Dentro do atacado, os principais impactos positivos no mês foram as criações de vagas nas atividades de Alimentação e Bebidas, com alta de 2,5% ante o mesmo período do ano passado e Produtos farmacêutico e de higiene pessoal, que teve alta de 3,0% ante fevereiro de 2017.

Segundo Vasconcelos, o avanço indica que as pessoas estão retomando o padrão de consumo de bens essenciais e por isso demanda mais força de trabalho.

No setor de Serviços, Vasconcelos explica que o resultado de fevereiro é impulsionado pelos serviços educacionais em decorrência do início do ano letivo, porém, o avanço em 12 meses demonstra uma retomada.

Nesse setor também, nenhuma das atividades demitiu empregados, o que consolida um cenário mais favorável apesar do resultado oficial de atividade do setor apresentar queda de 2,4% em 12 meses e um fraco crescimento de 0,1% em fevereiro, aponta o economista.

"O setor de serviços é transversal, ele é impactado por diversos fatores da economia, por isso é um pouco mais lento. Entretanto, a melhor no emprego em todas as atividades mostra uma reação", diz.

Massa de salários em circulação na economia cresce R\$ 3,442 bi em 1 ano, diz IBGE

27/04/2018 – Fonte: Isto É

A massa de salários em circulação na economia cresceu R\$ 3,442 bilhões no período de um ano, uma alta de 1,8% no primeiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, puxada pelo aumento no número de pessoas trabalhando. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com o trimestre encerrado em dezembro do ano passado, a massa de renda real diminuiu na mesma magnitude, queda de 1,8%, com R\$ 3,589 bilhões a menos. No mesmo período, 1,528 milhão de postos de trabalho foram eliminados.

O rendimento médio dos trabalhadores ocupados teve ligeira queda de 0,2% na comparação com o quarto trimestre de 2017, apenas R\$ 4 mais baixo. Em relação ao primeiro trimestre do ano passado, a renda média ficou estável (0,0%), em R\$ 2.169.

Novas regras diminuem custo e incentivam inovação, dizem jovens empresários das fintechs

27/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



As regras definidas pelo CMN nesta quinta (26) para o funcionamento de startups do setor financeiro têm o potencial de gerar redução de custos para essas companhias e podem incentivar o desenvolvimento de inovação no setor.

Os ganhos ocorrem devido ao fim da obrigação de as empresas trabalharem com bancos intermediando suas operações.

Com isso, há a expectativa de que os consumidores sejam beneficiados com taxas de juros menores e atendimento mais ágil e desburocratizado.

A avaliação é de executivos do setor, que acham que as normas ajudam a criar segurança jurídica para as fintechs e para os clientes e também favorecer a ampliação de investimentos nesse mercado.

“As instituições financeiras tradicionais não estão nem prontas, nem têm tanta vontade de desenvolver tecnologias e processos mais eficientes que uma fintech demanda. Agora, eu poderei ter processos de cadastro e formalização baseados em minha premissa de agilidade maior”, afirma Fabio Neufeld, sócio da Kavod Lending, de empréstimos peer to peer (entre pessoas físicas e empresas).

Esse ganho vem justamente da independência que essas empresas passam a ter para oficializar as operações que geram a partir de seu site, já que não precisam mais de um parceiro do sistema financeiro para oficializar seus negócios.

Sandro Reiss, presidente da Geru, de crédito online, diz que, agora, será possível realizar operações que talvez não interessassem ao parceiro, como refinanciamento de dívidas de clientes.

Sergio Furio, fundador da fintech Credits, também de empréstimos, diz que será possível desenvolver novos produtos com mais agilidade. Entre eles, o empresário destaca novos formatos de crédito pré-aprovado a ser oferecido a partir da internet. A companhia dá crédito em operações nas quais o consumidor oferece um bem como garantia, prometendo em troca juros menores do que os habituais.

Especialistas avaliam que as mudanças devem aumentar a competição no setor bancário. “Elas podem acirrar a concorrência e, com isso, empurrar os juros para baixo”, diz Juliana Inhasz, professora do Insper.

Ela lembra, porém, que o volume de empréstimo dessas companhias ainda é muito pequeno em comparação aos maiores bancos.

“É complicado acreditar que as coisas vão mudar com as fintechs que já temos hoje. Ainda falamos de poucos bancos que controlam quase todo o mercado. Com mais empresas, isso pode mudar, mas, por enquanto, é uma esperança”, afirma.

Bruno Poljokan, diretor do Just, de crédito online, diz que a regulamentação pode, sim, ajudar a baixar o spread —diferença entre o juro que o banco capta e o que ele empresta. Mas isso vai depender do cliente também.

“O consumidor brasileiro está acostumado a pesquisar muito, mas com menos frequência quando se fala em produtos financeiros. Normalmente, não se tinham acesso a eles fora do banco. Agora, com as fintechs de crédito evoluindo e crescendo, isso vai aumentar a competitividade no setor”, ressalta.

Sobre o aumento da concorrência, Mathias Fischer, diretor de regulação da ABFintechs (associação das fintechs), vê baixa chance de retaliação dos bancos por causa das mudanças. “Existe a possibilidade de eles perderem uma fonte de receita ou margem, mas não acredito que eles entrem em uma posição de embate ou de competição com as fintechs”, afirma.

LIMITES

Outra das mudanças importantes foi no valor que pode ser emprestado na modalidade peer-to-peer (de pessoa para pessoa). Na audiência, a cifra estava em R\$ 50 mil por investidor.

O CMN decidiu agora que pode-se investir até R\$ 15 mil por empresa. Com isso, busca incentivar aplicações em vários negócios para diluir o risco. Agora, cada investidor pode injetar até R\$ 15 mil por companhia credora —o limite não vale para investidores qualificados, que tem mais de R\$ 1 milhão na soma de todas as suas aplicações financeiras.

“É positivo, por incentivar investidores a diversificar suas aplicações. É algo que já prezamos e, por isso, em nossa plataforma, oferecemos portfólios com várias empresas, em vez de uma só”, diz Theodoro Prado, gerente-geral da empresa Biva, de peer to peer.

A regulamentação também aumenta o olhar do regulador sobre essas empresas, diz Marcos Sader, advogado do escritório Ulhôa Cantos.

“Aumentará o peso da fiscalização do Banco Central sobre elas, o que reforçará a responsabilidade dessas empresas em questões como apresentação de planos de negócios e criação de estrutura para prevenção à lavagem de dinheiro”, afirma.

Fintechs poderão conceder crédito sem mediação de banco

27/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Medida deverá elevar a concorrência no setor financeiro, na avaliação do CMN

O Conselho Monetário Nacional aprovou nesta quinta-feira (26) resoluções que permitem a atuação de empresas de tecnologia do setor financeiro (fintechs) a concederem crédito sem a necessidade da intermediação de um banco. Hoje, essas empresas atuam como correspondentes bancários na oferta de crédito.

Com as novas regras, elas poderão eliminar um intermediário da cadeia e, assim, reduzir custos. Com isso, a expectativa de empresas do setor e do Banco Central é que as fintechs possam aumentar a competição na oferta de crédito, o que abriria a possibilidade de redução das taxas de juros por meio da maior concorrência.

A resolução 4.656/2018 cria a figura de dois novos tipos de instituições financeiras: as sociedades de empréstimos entre pessoas (peer 2 peer, do termo em inglês) e as sociedades de crédito direto.

Na primeira modalidade, poderão atuar fintechs que ligam investidores de um lado, dispostos a emprestar recursos com uma taxa de retorno favorável, e tomadores de outro.

Nestas operações, o CMN fixou como limite R\$ 15 mil por CPF ou CNPJ para cada concessão de empréstimo. Ou seja, a exposição máxima do investidor a um tomador de crédito será de R\$ 15 mil.

O limite vale apenas para investidores não qualificados (com aplicações inferiores a R\$ 1 milhão).

O teto foi defendido pelo Banco Central desde o início da consulta pública sobre as regras para o setor, em agosto do ano passado, mas foi reduzido. Inicialmente, o BC defendia um limite de R\$ 50 mil.

Segundo Otávio Damaso, diretor de regulação do BC, o limite foi reduzido para testar o início dessas operações. Além disso, obrigará o investidor a diversificar o risco (emprestando para diferentes tomadores de empréstimos).

Com o sinal verde do CMN, poderão ser criados "supermercados de crédito", plataformas digitais em que investidores e tomadores de empréstimos poderão negociar taxas em operações diretas.

Nas sociedades de crédito direto, atuarão fintechs que emprestam recursos captados por meio de fundos de investimento, o que já existe hoje no mercado. O diferencial será a eliminação do banco como intermediário.

Com a resolução, as fintechs poderão atuar ainda em segmentos antes restritos a instituições financeiras tradicionais, como análise de crédito e seguros.

Em nota, a ABFintechs (associação das empresas do setor) disse que as regras trarão maior credibilidade às operações e fomentarão uma competição mais saudável no mercado.

"Apesar de as fintechs atuarem legalmente, as regras existentes até então não haviam sido criadas especificamente para elas. Agora, será possível operar de maneira regulada e sob a supervisão do Banco Central, o que gera maior confiança a todos os envolvidos no negócio", disse o diretor de regulação da associação, Mathias Fischer.

REGULAÇÃO

Para serem enquadradas como instituições financeiras, as fintechs terão que obedecer a requisitos operacionais e prudenciais proporcionais compatíveis com o seu porte e perfil.

A regulação existente discrimina as empresas em cinco categorias, de acordo com a complexidade dos negócios e de seu tamanho.

As fintechs deverão ser enquadradas no segmento S5, cuja regulação é "mais leve". Grandes bancos que operam no exterior, por exemplo, estão no segmento S1.

Por meio da resolução 4.657/2018, o CMN alterou parte das regras do segmento S5, permitindo que sejam enquadradas instituições que fazem operações de securitização, custódia e venda de direitos creditórios, justamente para permitir que fintechs entrem neste grupo.

Com as resoluções, o CMN altera ainda fator relevante para permitir que empresas atuem como instituições financeiras no Brasil. A partir de agora, permitirá que empresas deste setor sejam controladas por fundos de investimentos, brasileiros ou estrangeiros.

Segundo Damaso, trata-se de "uma quebra de paradigma", que leva em consideração a realidade do modelo de negócios das fintechs. Boa parte delas tem parte importante de seu capital controlado por fundos de investimento de private equity.

A estimativa é que entre 10 e 30 fintechs peçam a autorização para operar como instituições financeiras nos próximos meses. O BC, de acordo com Damaso, simplificou os processos de adesão para facilitar a entrada de startups.

"Com a nova regulação as fintechs de crédito passarão a ser enquadradas como instituições financeiras, com isto haverá necessidade de divulgação de dados para o Banco Central, o que é importante para a manutenção da solidez de nosso sistema, mas pode trazer custos adicionais para as fintechs", afirmou Fischer, da associação de fintechs.

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

O CMN ainda determinou que, até 6 de maio de 2019, as instituições financeiras terão que implementar uma política de segurança cibernética, que tem como objetivo assegurar que o sistema seja resistente a ataques virtuais, incluindo proteção contra roubo de dados pessoais de clientes.

A resolução prevê que as instituições sejam obrigadas a estabelecer requisitos para contratação de serviços de processamento, armazenamento de dados e computação na nuvem.

"As instituições que já tiverem contratado a prestação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e de computação em nuvem, no Brasil ou no exterior, devem apresentar ao Banco Central do Brasil, no prazo máximo de cento e oitenta dias cronograma para adequação a esse novo regramento", diz texto divulgado pelo BC.

CRE aprova Código Aduaneiro do Mercosul

27/04/2018 – Fonte: Senado Notícias

- Proposições legislativas
- [PDS 31/2018](#)

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou nesta quinta-feira (26) o Código Aduaneiro do Mercosul, assinado pelos governos de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em 2010 ([PDS 31/2018](#)).

Como explicou a relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), o Código estabelece uma legislação aduaneira comum entre todos os países que fazem parte do bloco, o que refletirá ao final no aumento do intercâmbio comercial.

A senadora entende também que o Código Aduaneiro do Mercosul "conforma a imprescindível base jurídica para que possamos consolidar a integração regional".

— Sua entrada em vigor é de extrema importância, especialmente neste momento em que o Mercosul projeta sua imagem internacional nas negociações com outros países e Blocos, particularmente com a União Europeia — disse.

A análise do acordo segue ao Plenário do Senado. Para que possa entrar em vigor, o Código Aduaneiro do Mercosul terá que ser aprovado pelos Parlamentos dos quatro países. Até o momento, apenas o parlamento da Argentina finalizou o processo.

Juros do cheque especial sobem para 324,7% ao ano

27/04/2018 – Fonte: R7

Os juros do cheque especial subiram em março, segundo dados do Banco Central divulgados nesta quinta-feira (26), em Brasília. A taxa chegou a 324,7% ao ano, com aumento de 0,6 ponto percentual em relação a fevereiro. No ano, a elevação é de 1,7 ponto percentual.

No último dia 10, os bancos anunciaram mudanças no cheque especial, mas as novas regras só valem a partir de julho. Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), os clientes que utilizarem mais de 15% do limite do cheque durante 30 dias consecutivos vão receber a oferta de um parcelamento, com taxa menor de juros que a do cheque especial a ser definida individualmente pelos bancos.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, disse que a autarquia não tem estimativa de redução dos juros, com a medida definida pela Febraban.

“A Febraban propôs uma autorregulação. Espera-se uma redução de taxas, melhores condições para os clientes bancários. O Banco Central não tem uma estimativa de quanto isso vai ser”, disse Rocha. Ele acrescentou que o crédito rotativo, como cheque especial e cartão, por ter taxas altas, deve ser usado pelo menor tempo possível.

A taxa do rotativo do cartão de crédito também subiu, ao chegar a 243,5% ao ano em março, com aumento de 9,6 pontos percentuais em relação a fevereiro. Essa é a taxa para quem paga pelo menos o valor mínimo da fatura do cartão em dia.

Já os juros cobrados dos consumidores que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura caíram 2 pontos percentuais, chegando a 397,6% ao ano em março. Com isso, a taxa média da modalidade de crédito ficou em 334,5% ao ano, com aumento de 2,1 pontos percentuais em relação a fevereiro.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras transferem a dívida para o crédito parcelado, seguindo regra estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) no ano passado.

Crédito parcelado no cartão

A taxa do crédito parcelado no cartão recuou 5 pontos percentuais para 169,3% ao ano. A taxa média de juros para as famílias caiu 0,5 ponto percentual indo para 57,2% ao ano, em março. A taxa média das empresas diminuiu 1 ponto percentual: agora é de 21,2% ao ano.

A inadimplência do crédito, considerados atrasos acima de 90 dias, para pessoas físicas, recuou 0,1 ponto percentual para 5%. No caso das pessoas jurídicas, a queda foi de 0,4 ponto percentual, indo para 4,4%. Esses dados são do crédito livre em que os bancos têm autonomia para aplicar dinheiro captado no mercado.

No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura) os juros para as pessoas físicas tiveram queda de 0,1 ponto percentual e atingiram 8,1% ao ano.

A taxa cobrada das empresas teve retração de 1,7 ponto percentual, indo para 10,5% ao ano. A inadimplência das pessoas físicas ficou em 2,1%, com recuo de 0,1 ponto percentual em relação a fevereiro, e das empresas chegou a 1,2%, com redução de 0,2 ponto percentual.

O saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos ficou em R\$ 3,081 trilhões, com crescimento de 0,6% no mês. No ano, houve retração de 0,3% e em 12 meses, crescimento de 0,1%. Em relação a tudo o que o país produz – Produto Interno Bruto (PIB) - o volume de crédito correspondeu a 46,6%, com aumento de 0,2 ponto percentual em relação a fevereiro.

Segundo Rocha, o crédito livre para empresas e famílias cresceu. No caso do crédito direcionado, a expansão foi observada no crédito direcionada.

“A redução do crédito está ficando cada vez mais restritas a aquelas operações de pessoas jurídicas no crédito direcionado. A redução é mais vinculada ao desempenho das operações do BNDES [Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social] que continuam com redução no saldo”, disse Rocha.

Sobre as taxas de juros, Rocha disse que há uma redução generalizada que deve se manter nos próximos meses.

PERT SN regulamentado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional

27/04/2018 – Fonte: R7

PERT SN regulamentado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional



A adesão ao PERT-SN poderá ser feita até 9/7/2018, de acordo com os procedimentos que serão estabelecidos pela Receita Federal, PGFN, Estados e Municípios.

O Refis do Simples Nacional finalmente caminha para a tão aguardada liberação do sistema para que micro e pequenas empresas possam optar pelo parcelamento.

O Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (PERT-SN), além de lei, agora foi regulamentado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, no dia 23 de abril.

A adesão ao PERT-SN poderá ser feita até 9/7/2018, de acordo com os procedimentos que serão estabelecidos pela Receita Federal, PGFN, Estados e Municípios.

Aproximadamente 600 mil micro e pequenas empresas optantes pelo Simples poderão ser beneficiadas.

É importante destacar que, nesse programa, somente poderão ser incluídas as dívidas apuradas na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte da Lei Complementar 123/2006 (Simples Nacional).

Os débitos apurados no Simples Nacional até a competência de novembro de 2017 poderão ser parcelados em até 180 parcelas mensais.

As cinco primeiras parcelas vencerão a partir do mês de adesão, correspondendo a 1% da dívida consolidada, corrigidas pela SELIC.

Caso o contribuinte não pague integralmente os valores correspondentes a 5% da dívida consolidada (com as devidas atualizações), o parcelamento será cancelado. O saldo restante (95%) poderá ser:

Liquidado integralmente, em parcela única, com redução de 90% dos juros de mora, 70% das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios; Parcelado em até 145 mensais e sucessivas, com redução de 80% dos juros de mora, 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios; ou Parcelado em até 175 mensais e sucessivas, com redução de 50% dos juros de mora, 25% das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

A escolha da modalidade ocorrerá no momento da adesão e será irrevogável.

O valor da parcela mínima será de R\$ 50,00 para o Microempreendedor Individual - MEI e de R\$ 300,00 para as demais microempresas e empresas de pequeno porte. As parcelas serão corrigidas pela SELIC.

A adesão ao PERT/SN suspende eventual termo de exclusão do Simples Nacional, inclusive Ato Declaratório Executivo, que estiver no prazo de regularização de débitos tributários, que é de 30 dias a partir da ciência do respectivo termo.

Os pedidos serão direcionados à RFB, exceto com relação aos débitos: Inscritos em Dívida Ativa da União, os quais serão parcelados junto à PGFN; De ICMS e de ISS encaminhados para inscrição em dívida ativa dos Estados ou Municípios, em virtude de convênio com a PGFN, que serão parcelados junto aos respectivos entes federados.

O pedido de parcelamento implicará desistência compulsória e definitiva de parcelamento anterior (até a competência de novembro/2017), sem restabelecimento dos parcelamentos rescindidos caso o novo parcelamento venha a ser cancelado ou rescindido.

O MEI deve entregar a Declaração Anual do Simples Nacional – DASN-SIMEI para os períodos objeto do parcelamento.

BNDES reduz previsão de empréstimos em 2018 após 1º trimestre fraco

27/04/2018 – Fonte: G1

Dyogo Oliveira, presidente do banco, disse que desembolsos deverão ser de R\$ 75 bilhões a R\$ 80 bilhões, abaixo da estimativa do presidente anterior, que esperava um volume superior a R\$ 80 bi.

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devem ficar este ano entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões, estimou nesta sexta-feira (27) o presidente da instituição de fomento, Dyogo Oliveira.

A estimativa é menor que a do ex-presidente do BNDES Paulo Rabello de Castro, que apontava para empréstimos superiores a R\$ 80 bilhões em 2018, e foi divulgada após os desembolsos terem caído no primeiro trimestre.

Entre janeiro e março, desembolsos do BNDES caíram 26%, para R\$ 11,15 bilhões. Segundo Oliveira, "não faltam recursos para emprestar e sim demanda".

"Acreditamos que vamos começar o período de inversão dessa trajetória que ainda está impactada pela recessão", disse ele a jornalistas, após evento no banco.

Oliveira acrescentou que um eventual apoio à Odebrecht, que vem tentando junto a bancos credores estender prazos de pagamento de dívidas, flexibilizar garantias e até novos recursos, será feito para melhorar a posição do banco para receber os créditos.

O presidente do BNDES admitiu também que a expectativa é de que Venezuela e Moçambique não honrem com empréstimos que vencem este ano com a instituição.

Dólar recua ante real após dados sobre a economia dos EUA

27/04/2018 – Fonte: R7

O dólar recuava nesta sexta-feira ante o real, mantendo o movimento da véspera, com o mercado mais tranquilo após a divulgação de dados sobre a economia norte-americana, em meio a recentes temores de que os juros nos Estados Unidos poderiam subir mais do que o esperado neste ano, com potencial para afetar o fluxo global de capitais.

Às 11:59, o dólar recuava 0,25 por cento, a 3,4681 reais na venda, depois de marcar 3,4606 reais na mínima do dia. O dólar futuro caía cerca de 0,25 por cento.

"O consumo foi fraco, apesar do PIB (Produto Interno Bruto) mais forte. Vamos precisar de mais pistas para justificar as apostas de mais juros", afirmou o gerente de câmbio do Grupo Ourominas, Mauriciano Cavalcante.

A economia dos Estados Unidos desacelerou no primeiro trimestre uma vez que os gastos dos consumidores cresceram no ritmo mais fraco em quase cinco anos, mas o revés deve ser temporário diante do aperto do mercado de trabalho e do amplo estímulo fiscal.

O PIB cresceu à taxa anual de 2,3 por cento, diante da previsão de alta de 2 por cento em pesquisa Reuters com analistas.

No exterior, o dólar operava com leve alta ante uma cesta de moedas, e caía ante divisas de países e emergentes, como o peso mexicano e a o rand sul-africano, em meio ao recuo dos rendimentos dos Treasuries.

Apesar do movimento de baixa neste pregão, o dólar caminhava para fechar essa semana em alta sobre o real. Nos últimos dias, cresceu o temor nos mercados globais de que o Federal Reserve, banco central norte-americano, possa elevar os juros mais vezes neste ano diante de sinais de melhor desempenho da economia dos Estados Unidos e inflação maior.

Juros elevados no país têm potencial para atrair recursos aplicados hoje em praças financeiras consideradas de maior risco, como a brasileira. A formação da Ptax de final de mês na próxima segunda-feira e a possibilidade de maior atuação do Banco Central no mercado cambial também favoreciam o recuo do dólar ante o real nesta sessão.

Na próxima semana, segundo dados do BC, vencem 2 bilhões de dólares em leilão de linha --venda de dólares com compromisso de recompra-- e havia expectativa entre os investidores de que o BC faça a rolagem integral.

O BC vendeu neste pregão todo o lote de 3,7 mil swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares, e concluiu a rolagem dos 2,565 bilhões de dólares que vence em maio. O próximo lote de swaps vence no início de junho, no total de 5,650 bilhões de dólares.

Alta do dólar não deve piorar situação da dívida do governo e das empresas

27/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



A acumulação de reservas ajudou o país a se tornar mais estável. O processo que se iniciou em janeiro de 2004 dotou o país de um volume expressivo de divisas que podem ser usadas em caso de alterações bruscas nas condições financeiras globais.

No fim de 2008, por exemplo, o BC ofertou dólares, inclusive para o financiamento das exportações, quando os bancos internacionais se retraíam. Isso limitou o contágio e permitiu a recuperação mais rápida da economia naquele momento em comparação a um cenário em que empresas não tivessem acesso a essa modalidade de crédito.

Há, obviamente, uma discussão ainda em curso sobre os benefícios e os custos das reservas, o que naturalmente desemboca na pergunta do nível ótimo de reservas, mas não é desse assunto que pretendo tratar aqui.

Menos conhecida, mas não menos importante, é a acumulação privada de ativos estrangeiros, principalmente na forma de investimentos diretos.

Em parte pela liberação a partir de abril de 2005 (empresas tinham antes de obter permissão para investir mais do que US\$ 50 milhões no exterior), em parte por sua maior integração à economia global, houve um aumento apreciável do estoque de investimentos brasileiros no exterior.

Considerando apenas a participação no capital, ao fim de 2017 o investimento brasileiro atingiu US\$ 333 bilhões (ante US\$ 54 bilhões em 2004). Somado aos empréstimos a subsidiárias e controladoras, isso chegou a US\$ 359 bilhões no fim do ano passado, pouco menos que as reservas (US\$ 375 bilhões).

Tal desenvolvimento tem consequências importantes. Embora o país ainda apresente um passivo externo (dívidas e investimentos estrangeiros) superior ao seu ativo (US\$ 1,6 trilhão, ante US\$ 861 bilhões), a composição de passivos e ativos em termos das moedas se tornou bem mais favorável ao Brasil.

Colocado de forma bastante simples, “devemos” a estrangeiros em reais (o equivalente a US\$ 1 trilhão) e somos seus “credores” em dólares (US\$ 320 bilhões). Assim, quando o real perde valor, tanto o governo quanto o setor privado veem seus ativos em dólares protegidos, enquanto seus passivos encolhem. Isso não é uma teoria.

Entre junho e dezembro de 2008, quando o dólar saltou de R\$ 1,60 para R\$ 2,40 (desvalorização de 50%), o passivo externo total caiu de US\$ 1 trilhão para US\$ 665 bilhões.

Da mesma forma, quando o real se depreciou quase 50% ao longo de 2015, o passivo externo encolheu de US\$ 1,5 trilhão no fim de 2014 para US\$ 1,2 trilhão no fim de 2015. Em ambos os eventos, os ativos externos ficaram praticamente inalterados.

No caso do setor privado, embora empresas brasileiras tenham dívidas no exterior, o balanço do conjunto delas mostra ativos em dólares um pouco maiores do que passivos

(algo como US\$ 22 bilhões). Para o setor público, a diferença é ainda maior: quase US\$ 300 bilhões.

Assim, ao contrário do que ocorreu em outros momentos, a desvalorização da moeda nacional não deve piorar a situação de endividamento do setor privado, nem do setor público. O primeiro, em seu conjunto, registraria ganhos modestos, enquanto o segundo teria ganhos bem mais expressivos.

A liberação do mercado de câmbio em 2005 tornou as empresas menos vulneráveis aos movimentos do dólar, movimento voluntário e que, portanto, reflete o balanço de incentivos e riscos do setor privado. Mais uma lição a ser estudada, num país que resiste como poucos ao aprendizado.

Alexandre Schwartzman - Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia.

BC prevê que PIB cresça 2,6% em 2018 e em torno de 3% em 2019, diz Ilan

27/04/2018 – Fonte: EM.com

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou nesta sexta-feira, 27, que à medida que incertezas forem sendo sanadas, a economia começará a crescer de forma mais rápida. Ao falar em debate sobre produtividade e spread bancário em São Paulo, ele citou as medianas das projeções do mercado para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano e de 2019, que segundo o Boletim Focus são de 2,8% para 2018 e de 3% para o próximo ano.

"O BC trabalha com crescimento de 2,6% para este ano e para o próximo estamos com uma previsão próxima da expectativa do mercado", afirmou Ilan.

Spread bancário

O presidente do Banco Central disse que o debate sobre a redução do spread bancário no Brasil hoje tem a ver com a queda expressiva da taxa de juros e da inflação ao mesmo tempo em que o crescimento da economia se dá de forma lenta e gradual.

Segundo ele, é inegável que a economia brasileira está passando por mudanças que se reproduzem nas reduções da inflação e da taxa de juros, mas o crescimento depende de outras variáveis, além da redução da taxa básica de juros.

É nesse ponto, de acordo com Ilan, que entra a Agenda BC+, com suas propostas para combater os problemas que contribuem para impedir uma velocidade maior do crescimento.

Segundo o presidente do BC, o spread e os juros bancários estão seguindo o ciclo de flexibilização da política monetária como em ciclos de flexibilização anteriores. O impacto do atual ciclo é padrão, reforçou. "Mas nós queremos que as taxas de juros do mercado e o spread caiam mais rápido", acrescentou.

Para que o spread e os juros na ponta caiam mais rápido, continuou Ilan, é preciso atacar as causas que impedem a rapidez das quedas. Por isso, emendou, é que o BC está trabalhando na Câmara dos Deputados pela aprovação do Cadastro Positivo e atacando outras causas, como por exemplo a baixa taxa de recuperação de empréstimos, que no Brasil é de apenas 16% enquanto no resto do mundo é de 70%.

Segundo Ian, a diferença entre as taxas de recuperação de crédito interna e externa é absorvida no Brasil pelas taxas de juros ao consumidor.

"Acreditamos que reduzindo as incertezas do sistema financeiro a taxa de juros do cheque especial vai cair", avaliou o presidente do BC. O importante, de acordo com ele, é que "estamos normalizando as taxas no Brasil".

Ele lembrou a redução da parcela do compulsório de 40% para 25%. "E vamos também reduzir o compulsório da poupança", afirmou.

Outro foco da Agenda BC+ para a redução do spread e aumentar a produtividade e competitividade do sistema financeiro é o apoio da autarquia ao "empoderamento" dos bancos pequenos e das fintechs no mercado de crédito.

As afirmações de Ilan foram feitas no debate "Produtividade e Spread Bancário Brasileiro: Agenda Para o Crescimento Econômico", organizado pelo Instituto Febraban e Site Por Que, Economês em Bom Português.

IGP-M sobe 0,57% em abril após alta de 0,64% em março, revela FGV

27/04/2018 – Fonte: EM.com

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) desacelerou de 0,64% em março para 0,57% em abril, divulgou na manhã desta sexta-feira, 27, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Assim, o indicador avançou em 12 meses, de 0,20% para 1,89%. No ano, o acumulado registra elevação de 2,05% ante 1,47%.

No mês, o resultado veio acima da mediana das estimativas do Projeções Broadcast, de 0,53%, a partir do intervalo que ia de 0,39% a 0,60%. Em 12 meses, o IGP-M também superou a mediana de 1,85%, mas ficou dentro do intervalo esperado, que variava de 1,72% a 1,91%.

Entre os três indicadores que compõem o IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) desacelerou, saindo de alta de 0,89% em março para 0,71% em abril. Por outro lado, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) avançou de 0,14% para 0,31%. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) passou de 0,23% para 0,28% no período.

FGV: IPA agropecuário sobe 2,74% e IPA industrial avança 0,03% - IPAs

O alívio do IGP-M entre março e abril foi influenciado pelos produtos no atacado, que desaceleraram de 0,89% para 0,71% no período, no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M).

Dentro do indicador, tanto o índice de preços agropecuários quanto os itens industriais arrefeceram. O IPA agrícola continua, contudo, com boa alta de 2,74% depois de 3,28%; já o IPA Industrial está perto da estabilidade, com 0,03% após 0,12%. No ano, o IPA avança 2,52% e, em 12 meses, acumula alta de 1,27%.

Entre as etapas de produção, houve movimentos díspares. As Matérias-Primas Brutas tiveram a maior desaceleração (1,54% para 0,44%), com a contribuição das quedas em minério de ferro (-1,88% para -9,53%), mandioca (-2,39% para -7,93%) e bovinos (0,23% para -0,61%).

Os Bens Finais também tiveram decréscimo na taxa de variação entre março e abril (0,57% para 0,50%), com destaque para alimentos in natura, cuja taxa de variação passou de 9,86% para 2,50%.

Já os Bens Intermediários avançaram no período, de 0,69% para 1,16%, por causa principalmente do aumento de combustíveis e lubrificantes para a produção (-2,58% para 5,32%).

Principais influências

De acordo com a FGV, entre as maiores contribuições de baixa no IPA de abril estão, além de minério de ferro e mandioca, aves (mesmo com a deflação menor, de -5,12% para -4,37%), açúcar VHP (very high polarization) (-0,64% para -5,56%) e carne de aves (-3,66% para -3,94%).

Já entre as principais influências de alta nos preços do atacado neste mês estão soja em grão (5,78% para 6,52%), óleo diesel (-3,13% para 8,36%), milho em grão (11,41% para 10,65%), leite in natura (5,98% para 6,89%) e gasolina automotiva (-0,22% para 6,54%).

Economistas defendem nova agenda de reformas

27/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A falta de reformas na condução da economia do País pode resultar em novos Estados entrando em crises semelhantes a enfrentada pelo Rio de Janeiro, em uma nova escalada da inflação ou ainda em um eventual calote do governo brasileiro, afirmou nessa quinta-feira, 26, o economista Marcos Lisboa, presidente da instituição de ensino superior Insper, na apresentação de um diagnóstico detalhado dos problemas econômicos do País.

O documento – cuja coordenação foi feita também pelos economistas Ana Carla Abrão, colunista do *Estado* e sócia da consultoria Oliver Wyman, e Vinicius Carrasco, professor da PUC-Rio – é o primeiro de uma série batizada como Panorama Brasil. O projeto, de acordo com Lisboa, busca sair do “debate superficial de câmbio e juro” para investigar com rigor acadêmico temas como a complexidade do sistema tributário brasileiro e o comércio exterior fechado.

Segundo Ana Carla, a série de documentos não tem caráter partidário. “Não é um programa de governo. É uma contribuição para o debate. Por acaso, o momento é bastante propício. Mas nossa ambição é que a série se mantenha viva por muito tempo, independentemente do ciclo eleitoral”, afirmou a economista, que também foi secretária da Fazenda de Goiás entre 2015 e 2016, durante o governo de Marconi Perillo (PSDB).

O projeto aponta a necessidade de reformas, como a abertura comercial, e critica questões como a concessão de crédito subsidiado por bancos públicos.

Diagnóstico

O relatório apresentado nessa quinta-feira, intitulado “Renda e Produtividade nas Duas Últimas Décadas”, mostra que a renda per capita no Brasil cresceu menos, nos últimos 20 anos, que em outros países emergentes e na América Latina.

Isso ocorreu em decorrência da falta de melhoras na produtividade, que está estagnada desde 1980 – entre outros fatores, por causa da baixa qualidade de educação, da burocracia no ambiente de negócios e da ineficiência do setor público.

“Avançamos muito em diversos indicadores sociais e várias pessoas saíram da miséria, no entanto, nosso desempenho foi aquém dos demais países emergentes. Desde 2011, descolamos dos demais países.

Enquanto o resto do mundo continuou crescendo, o Brasil passou a andar para trás”, disse Lisboa. Caso o País mantenha a taxa de crescimento dos últimos 20 anos, acrescentou, terá uma economia como a do Chile apenas daqui a 38 anos – daí, a necessidade de reformas.

“Necessitamos de uma reforma urgente ou vamos ficar piores, ou teremos mais crise nos Estados, com consequências na saúde, na educação e na segurança, ou crise no governo federal, com inseguranças como aumento de impostos, ou risco de inflação ou calote. Com esse ambiente de risco, não se deve estranhar que, mesmo com queda de juros, a economia ainda ande de lado”, destacou Lisboa.

Investimento

Um dos entraves da produtividade brasileira, para os economistas, é o baixo nível de investimento em infraestrutura, que não apresentou avanços significativos desde 2010. No ano passado, o Brasil estava na 73.^a posição entre 137 países em termos de qualidade da infraestrutura, segundo o Global Competitiveness Index (GCI), do Fórum Econômico Mundial.

O Chile estava em 41.^o, o Uruguai em 45.^o e a Turquia em 53.^o.

“O fato de que a produtividade é baixa é sinal de que investimos mal em capital, investimos em máquinas que não foram usadas, em capacidade excessiva. Há evidências de que investimos muito mal”, disse Vinicius Carrasco. O professor da PUC-Rio lembrou do caso do aeroporto de Viracopos, que recebeu uma injeção de investimentos, mas opera com grande ociosidade.

Ouro problema que impede o País de aumentar sua produtividade é a educação. A qualidade do ensino no Brasil melhorou entre 2006 e 2009, mas não manteve essas tendências nos anos posteriores.

A nota dos estudantes brasileiros no Programa Internacional de Avaliação Escolar (PISA) é bastante inferior a dos países emergentes, o que, de acordo com o relatório, indica que a qualidade do ensino não acompanhou o aumento da escolaridade média verificado no País.

“O que aconteceu com a educação? Por que aumentamos tanto o gasto (em educação) e nossos indicadores ficaram para trás? Entender esse quadro será nosso objetivo?”, afirmou Lisboa.

Outros temas abordados na discussão foram a demografia desfavorável à frente, com aumento drástico da razão de dependência (idosos sobre população ativa) até 2050, e a reforma do Estado, com destaque para o peso excessivo da folha salarial nas despesas dos Estados.

“Precisamos de uma reforma para melhorar o serviço público. Consumimos 39% do PIB com a máquina pública e temos os serviços públicos avaliados como os piores de mundo”, disse Ana Carla.

Cadastro positivo

Marcos Lisboa e Ana Carla defenderam ainda o cadastro positivo e criticaram os cartórios que se opõem à medida, que aumentaria a concorrência entre os bancos. Para Lisboa, é preciso discutir a eliminação dos cartórios no País. “Por que precisamos de cartórios?

Eles dão segurança, geram benefício ou são apenas um pedágio que temos de pagar para o Brasil velho?”, questionou o economista. “O mundo já utiliza outras formas de fazer registros”.

Paim lamenta retirada de direitos e defende aprovação de Estatuto do Trabalho

27/04/2018 – Fonte: Senado Notícias

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou, em discurso nesta quinta-feira (26), a passagem do Dia Internacional do Trabalhador, a ser comemorado em 1º de maio.

Este será o primeiro sob a regência da nova legislação trabalhista, a qual o senador classificou como perversa, com a retirada de direitos conquistados durante décadas e prejuízos para os empregados.

Por isso, disse, é necessário que a Casa aprove a proposta do novo Estatuto do Trabalho, em elaboração pelo parlamentar com a colaboração de um grande leque de partidos, entidades sindicais, profissionais de carreira das três esferas de Poder, dos trabalhadores privados, de estudiosos e de opiniões coletadas em 24 audiências públicas.

— O trabalhador não tem nada a festejar, mas a democracia está, apesar de abalada, firme. Não acredito em retrocesso, acredito que nas eleições a gente possa eleger um Congresso Nacional com compromisso com o povo brasileiro e também um presidente da República com compromisso com toda a nossa gente — afirmou.

Paim também registrou que no dia 28 de abril se celebra o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas à execução de atividades laborais.

Segundo ele, a nova Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ou o Estatuto do Trabalho, também buscará ampliar a proteção aos empregados, para tentar retirar o Brasil do horrível ranking dos cinco maiores do mundo em mortes e acidentes no ambiente do trabalho, salientou.

ArcelorMittal conclui vendas de ativos para incorporar Votorantim Siderurgia

27/04/2018 – Fonte: R7

A ArcelorMittal concluiu vendas de ativos para incorporar a Votorantim Siderurgia, afirmou o maior grupo siderúrgico do mundo nesta quinta-feira. As vendas de ativos envolveram dois pacotes. Um incluindo as fábricas de Cariacica, no Espírito Santo; Itaúna, em Minas Gerais; e equipamentos de trefilação, que foi vendido para a mexicana Simec.

Já o segundo pacote de ativos compreende outros equipamentos de trefilação, que foram vendidos para a siderúrgica Aço Verde do Brasil (MA), informou a ArcelorMittal em comunicado.

Com a integração, o segmento de aços longos da ArcelorMittal no Brasil terá capacidade para cerca de 5 milhões de toneladas por ano, tornando-se a maior produtora de aços longos do Brasil, afirmou a empresa.

Com a compra da Votorantim Siderurgia, a ArcelorMittal adquiriu operações de vergalhão, fio-máquina, produtos transformados para a construção civil, perfis leves e médios.

Além de aços longos, no Brasil a ArcelorMittal possui operações com aços planos e mineração, com capacidade de produção em torno de 12,5 milhões de toneladas de aço bruto e 7,1 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

As vendas dos ativos foram exigidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que aprovou por maioria a compra da Votorantim Siderurgia pela ArcelorMittal em fevereiro deste ano, apesar de protestos de produtores de sucata, para quem a operação agrava um quadro já existente de concentração de produtores de aço no país.

Novo presidente da VW diz que empresa está no caminho certo, apesar de queda no lucro

27/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A montadora teve lucro antes de juros e impostos de €4,21 bilhões (R\$ 17,9 bi) , uma queda de 3,6%



A Volkswagen divulgou nesta quinta-feira que seu lucro operacional caiu no primeiro trimestre, mas o otimismo com o novo presidente-executivo, com a saúde financeira da montadora e menores provisões para os escândalos com emissão de diesel amparavam as ações.

Duas semanas após promover o chefe de marca Herbert Diess a presidente-executivo do grupo, como parte da maior mudança na diretoria em mais de uma década, a maior montadora da Europa está mudando o foco para tornar seu negócio operacional mais eficiente.

"O grupo Volkswagen está numa posição econômica robusta. Os resultados trimestrais confirmam que estamos no caminho certo", disse Diess após a VW reportar lucro antes de juros e impostos de €4,21 bilhões (R\$ 17,9 bi), uma queda de 3,6%.

O resultado ficou abaixo do consenso em uma pesquisa Reuters com bancos e corretoras, de €4,47 bilhões (R\$ 18,98 bi).

A VW disse que os efeitos negativos de €300 milhões (R\$ 1,27 bi) de migrar para o padrão de contabilidade IFRS contribuiu para a queda no lucro, acrescentando que o lucro ajustado superou levemente os €4,37 bilhões (R\$ 18,5 bi) de um ano antes, se as mudanças fossem excluídas.

O grupo informou que reservou recursos menos significativos entre janeiro e março para cobrir multas, compensação e reparos de veículos relacionados a seu escândalo de emissão de 2015, após elevar as provisões em outros €600 milhões (R\$ 2,5 bi) no quarto trimestre, para um total de €25,8 bilhões (R\$ 109,5 bi).

"O mercado está esperando que Diess leve a mais ganhos de rentabilidade e está apostando que os riscos de um Dieseltgate estão diminuindo", disse o analista do NordLB Frank Schwope, que tem recomendação de "compra" para o papel, em referência ao escândalo de testes de emissão de diesel que custou à VW cerca de US\$ 30 bilhões (R\$ 104,4 bi) em multas e outros custos.

O fluxo de caixa livre, um dado de referência de saúde financeira e proteção contra futuros desafios, atingiu €2,4 bilhões (R\$ 8,35 bi), ante €2,6 bilhões negativos (R\$ 9 bi) um ano antes, disse a VW, mesmo excluindo €800 milhões (R\$ 2,7 bi) fluxo de saída de custos para o escândalo "Dieseltgate".

A rentabilidade da marca principal da VW caiu para 4,4%, ante 4,6% um ano antes, devido à alta de custos para sua ofensiva de carros elétricos. Já a rentabilidade de sua marca de luxo Audi caiu a 8,5%, ante 8,7% em meio a gastos para lançar 20 modelos novos e reformulados este ano.

As ações da VW fecharam a sessão desta quinta-feira na bolsa alemã em alta de 2,66%.

Bosch compra startup de compartilhamento de carros dos EUA

27/04/2018 – Fonte: G1

Empresa criou nova divisão para pensar em mobilidade. Fabricante de componentes automotivos também firmou parceria com a dona da Mercedes-Benz.

A alemã Robert Bosch, uma das maiores fabricantes de componentes automotivos do mundo, criou na última quarta-feira (25) uma nova divisão para ampliar seu alcance nos mercados de serviços de viagem e veículos conectados.

Como parte do programa, a Bosch adquiriu uma pequena empresa de transporte por aplicativo nos Estados Unidos.

A startup de carros compartilhados Splitting Fares, cujo aplicativo conecta pessoas que compartilham a mesma rota para o local de trabalho ou estudo, será parte da nova divisão de Soluções de Mobilidade Conectada da Bosch, disse a companhia. As empresas não divulgaram o preço de aquisição.

A Splitting Fares, fundada em 2015, foi financiada por investimentos iniciais de Verizon, Wells Fargo e Fontinalis Partners, que é de co-propriedade do presidente da Ford Motor, Bill Ford.

A Bosch disse que sua nova divisão se concentrará nos compartilhamentos de veículos, viagens e serviços baseados em conectividade para motoristas.

A empresa também incluirá a unidade COUP da Bosch, que aluga e-scooters em Berlim e Paris e seu sistema recém-desenvolvido de componentes elétricos conectados, chamado System!e.

Conforme expande as atividades para incluir serviços de compartilhamento de viagens, a Bosch competirá com seus clientes de autopeças, como Uber e Didi, que também estão trabalhando em carros autônomos.

No início deste mês, a Bosch informou que começará a testar carros autônomos que vem desenvolvendo com a proprietária da Mercedes-Benz, Daimler.

Consumo de etanol hidratado no Brasil pode subir mais de 20% em maio, avalia SCA

27/04/2018 – Fonte: R7

O consumo de etanol hidratado no Brasil pode crescer mais de 20 por cento em maio em relação a meses anteriores, e o biocombustível tem espaço para ganhar competitividade ante a gasolina em mais Estados ao longo deste ano, avaliou nesta quinta-feira o diretor da trading SCA, Martinho Ono.

De acordo com ele, o renovável terá uma atratividade forte em 2018, em meio a um cenário de maior oferta e com a gasolina registrando cotações ainda elevadas, dados os seguidos reajustes da Petrobras. Nas últimas semanas, o derivado do petróleo vem batendo máximas nas refinarias.

"É bem provável que iremos a (um consumo de) 1,6 bilhão, 1,65 bilhão de litros (de etanol) em maio", disse Ono a jornalistas no intervalo da conferência internacional de açúcar e etanol da F. O. Licht, em São Paulo.

Conforme ele, nos últimos meses a demanda tem girado em torno de 1,3 bilhão a 1,4 bilhão de litros. Para maio, a expectativa é de maior consumo em virtude do repasse da queda dos preços nas usinas para os postos de combustíveis.

"Muitos outros Estados entrarão na paridade do etanol nesta safra, como Rio de Janeiro e Bahia", acrescentou ele.

O hidratado, usado diretamente nos tanques dos veículos, costuma ser mais atrativo ao consumidor em regiões com maior produção e menor incidência de tributos, a exemplo de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais.

Diversas consultorias têm apontado para um incremento de produção de etanol no centro-sul do Brasil na safra 2018/19, iniciada neste mês. A razão por trás dessa perspectiva está na demanda firme pelo biocombustível e nas cotações do açúcar no menor patamar em anos.

Segundo Ono, 75 por cento da frota nacional de veículos poderá contar neste ano com os preços do etanol cerca de 1 real abaixo dos da gasolina nos postos de combustíveis, uma diferença que estimula o consumo do produto.

O diretor da SCA destacou que a janela de importação de etanol anidro pelo centro-sul do Brasil está praticamente fechada em razão da queda dos preços domésticos. Entretanto, o Norte-Nordeste ainda deve registrar compras vindas do exterior, uma vez que a região entrou agora na entressafra.

Para maio, é "certeza" alguma importação do biocombustível, avaliou Ono. Pelos seus cálculos, tal região demanda cerca de 200 milhões de litros de etanol por mês. Além de importação para suprir esse consumo, o Norte-Nordeste poderia contar também com produto "exportado" do centro-sul.

Fiat Chrysler corta dívida além do esperado no 1º tri

27/04/2018 – Fonte: R7

A Fiat Chrysler (FCA) reduziu sua dívida mais do que esperado no primeiro trimestre, colocando a montadora no curso para se tornar uma empresa com caixa positivo este ano.

O presidente-executivo, Sergio Marchionne, espera cancelar toda a dívida em 2018, possivelmente até o fim de junho, e gerar cerca de 4 bilhões de euros em caixa líquido até o fim do ano.

A projeção não inclui medidas não recorrentes, nem impacto do desdobramento planejado da fabricante de autopeças Magneti Marelli, que Marchionne espera executar até o início de 2019.

A sétima maior montadora mundial disse nesta quinta-feira que a dívida líquida caiu para 1,3 bilhão de euros ao final de março, muito abaixo da estimada de 2,6 bilhões de euros em pesquisa Thomson Reuters com analistas.

A Fiat Chrysler disse que o gasto de capital caiu 900 milhões de euros no trimestre devido ao "timing do programa", o que alguns analistas disseram implicar investimentos mais altos para o resto do ano.

No entanto, Marchionne disse que o próximo ciclo de investimento, que a empresa prepara como parte de um novo plano de negócios de cinco anos, e que será revelado em 1º de junho, vai levar tempo para se materializar.

A projeção para gastos gerais este ano é de cerca de 8 bilhões de euros, abaixo dos 8,7 bilhões de euros de 2017.

A empresa ítalo-americana disse que o lucro operacional do primeiro trimestre subiu 5 por cento, para 1,61 bilhão de euros, abaixo da estimativa de 1,74 bilhão de euros, diante do desempenho mais fraco de sua unidade norte-americana.

Jaguar Land Rover lidera projeto para autônomos

27/04/2018 – Fonte: Automotive Business



A **Jaguar Land Rover** lidera um projeto de 4,7 milhões de libras esterlinas ou cerca de R\$ 22,5 milhões para desenvolver veículos capazes de “ver” em cruzamentos de ruas e através de obstáculos. Chamado Autoplex, o projeto combina conectividade, automatização e navegação em tempo real para que a informação chegue mais rapidamente aos carros **autônomos**.

Isso permite a comunicação com os outros veículos em circulação e evita eventuais obstáculos quando não é possível visualizar o caminho, ajudando a transpor cruzamentos e rotatórias de forma segura.

Chris Holmes, diretor de desenvolvimento de autônomos da Jaguar Land Rover, explica: “Ao lado de nossos parceiros da Autoplex, vamos aliar nossos desenvolvimentos em conectividade e autonomia. Esse projeto vai nos levar à tecnologia mais sofisticada e funcional num veículo autônomo.”

Com isso, a Jaguar Land Rover quer criar veículos autônomos mais adaptados às situações reais e a qualquer condição climática. A Autoplex, um consórcio criado há um mês para apoiar a condução autônoma no Reino Unido, vai desenvolver a tecnologia por simulações e testes em estradas públicas, circuitos e em zonas urbanas. A Autoplex é financiada conjuntamente pelo governo e pela indústria.

ZF vai à Agrishow com novo eixo para tratores

27/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Item para máquinas de 25 a 70 cv é fabricado na China pela YTO



A fabricante **ZF** leva à Agrishow (de 30 de abril e 4 de maio em Ribeirão Preto, SP) o novo eixo Narrow, apropriado para tratores com potência entre 25 e 70 cavalos. O componente é importado da China e resulta de uma joint-venture da ZF com a YTO, um grande produtor de máquinas agrícolas e de construção daquele país.

“Com a nova família de eixos, ampliamos o fornecimento para os setores agrícola e de

construção, que antes era de 75 a 240 cavalos”, afirma o diretor de vendas da ZF para a América do Sul, Sílvio Furtado.

Além da linha de eixos e outros componentes mecânicos, a ZF leva à Agrishow sua tecnologia nas áreas de conectividade, inteligência artificial e automação. Também fará a demonstração virtual de seu trator-conceito semiautônomo, desenvolvido com a austríaca Lindner.

Tonani assume desenvolvimento de produto na FCA AL

27/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Márcio Henrique **Tonani** assume o cargo de diretor de desenvolvimento do produto da Fiat Chrysler Automobiles (**FCA**) América Latina. Ele sucede a Claudio Demaria, que após passar os últimos seis anos no comando da engenharia de produto no Brasil, retorna agora à Itália para comandar a mesma área da FCA voltada a projetos de veículos para Europa, Oriente Médio e África.

Tonani é brasileiro, tem 44 anos e desenvolveu sua carreira na Fiat/FCA, grande parte do tempo integrando equipes comandadas por Demaria. O novo diretor é um técnico com formação em mecânica e pós-graduado pela Fundação Dom Cabral em Gestão de Negócios.

Entrou na Fiat em 1992 como estagiário em projeto CAD, executando desenhos de componentes da carroceria. Trabalhou em Turim no desenvolvimento da picape Fiat Strada, do Palio e do novo Uno. Também atuou na Argentina durante o desenvolvimento do Siena.

Desde 2012 atuava como diretor adjunto para o desenvolvimento de produto, ao lado de Demaria. Foi responsável pelo desenvolvimento de comerciais leves como o Fiat Toro e mais recentemente respondeu pela plataforma Mini Latam Cars, dos modelos Argo e Cronos.

“Vamos continuar trabalhando para assegurar que a FCA conte com veículos com altos índices de qualidade, segurança, desempenho e conforto, gerando soluções criativas para um mercado cada vez mais exigente e competitivo”, afirma Tonani.

LONGA RELAÇÃO COM O BRASIL



Claudio Demaria (*foto*) tem quase o mesmo tempo de trabalho na Fiat/FCA que Tonani tem de idade. O engenheiro italiano começou a trabalhar na empresa como projetista aos 19 anos, em janeiro de 1973, recém-saído do Instituto Politécnico de Turim.

Em seus 45 anos de trabalho na mesma corporação, acompanhou a evolução do automóvel e acumulou, como poucos, conhecimento completo de como fazer um veículo, desde a engenharia, passando por processos, powertrain, até a manufatura.

Demaria participou diretamente do desenvolvimento dos modelos de maior sucesso do Grupo Fiat na Itália e América Latina, como Punto, Panda, 500, 500 L, Palio, Uno, Strada, Dobló e Ducato.

A relação com o Brasil também é de longa data, começou em 1995, com o projeto 178, parceria entre Brasil e Itália e que daria à luz um dos carros mais vendidos do mercado brasileiro: o Palio.

Em 2005 Demaria veio trabalhar diretamente na engenharia da fábrica de Betim (MG), que ganhou mais robustez e passou a desenvolver automóveis completos, como foi o caso da nova geração do Uno, lançada em 2010 e totalmente desenvolvida no País.

Em 2008, Demaria retornou à Itália, onde trabalhou no desenvolvimento de modelos de várias marcas do grupo, como Alfa Romeo, Maserati e a própria Fiat. Em 2011, voltou ao Brasil para comandar projetos de uma nova geração de carros, como Toro, Mobi, Argo e Cronos, além de participar de perto do nascimento da planta da Jeep em Goiana, Pernambuco, e de seus produtos Renegade e Compass.

Demaria deixa como legado vários projetos em andamento e uma equipe de profissionais mais que ele ajudou a desenvolver, como seu próprio sucessor Márcio Tonani, que assume suas funções na América Latina e ao longo da carreira teve o engenheiro italiano como líder e professor.

Investe SP e Ford anunciam modernização em fábrica de Taubaté

27/04/2018 – Fonte: CIMM

Agência assessorou empresa na apresentação do projeto à Secretaria de Estado da Fazenda para enquadramento no Pró-Veículo

O governador Márcio França participou nesta quarta-feira (25), em Taubaté, do anúncio de investimento no complexo industrial da Ford. O centro, do Vale do Paraíba, passou por uma modernização da linha de produção e qualificação de funcionários.

“É um prazer estar aqui em Taubaté, comemorando os 50 anos da Ford. O Estado é um núcleo importante do automobilismo nacional. Nós incentivamos essas iniciativas, com novos grandes investimentos e geração de empregos. São Paulo voltou a crescer e estou muito contente”, destaca Márcio França.

Entre as novidades estão a instalação de 30 robôs e o uso da tecnologia de rastreamento QR Code na linha de motores, além de 19 robôs e solda a laser na unidade de transmissões. A Investe São Paulo assessorou a empresa na apresentação do projeto à Secretaria de Estado da Fazenda para enquadramento no Pró-Veículo.

O programa estadual permite a utilização de crédito acumulado de ICMS em investimento produtivo a ser realizado no Estado.

A agência de promoção de investimentos tem atuado em proximidade das montadoras e produtoras de autopeças para manter o território paulista como referência nacional na produção de veículos.

Fábrica terá instalação de robôs e uso da tecnologia de rastreamento QR Code na linha de motores

Produção



Localizada a 130 km da capital paulista, a unidade da Ford completou 50 anos de operação com uma tradição na fabricação de motores, transmissões e componentes automotivos para o Brasil e América do Sul, além de outros mercados mundiais. Com o investimento, o complexo passará a produzir dois novos itens: um motor 1.5 e uma transmissão manual de cinco velocidades.

Com potência de 137/130 cv e torque de 158/153 Nm (com etanol/gasolina), o novo motor 1.5 Ti-VCT Flex de três cilindros tem um desempenho que supera, inclusive, propulsores de quatro cilindros e maior cilindrada. É também mais econômico no consumo de combustível, com classificação A no Inmetro/Conpet.

A nova transmissão manual MX65 de cinco velocidades incorpora vários avanços construtivos que contribuem para aprimorar a eficiência e a dirigibilidade do veículo. A tecnologia aproveita ao máximo a potência do motor e utiliza um processo de manufatura mais enxuto, pesando 8 kg a menos que a transmissão IB5 (atualmente utilizada). Além do Brasil, é fabricada também na França e na Índia.

O Complexo Industrial da Ford em Taubaté tem capacidade instalada para a produção anual de 500 mil motores 1.5 Ti-VCT Flex de três cilindros e Sigma e de 440 mil transmissões dos modelos iB5 e MX65. A estrutura também conta com uma fundição de alumínio, com capacidade de 220 mil cabeçotes por ano e emprega aproximadamente 2.300 pessoas, entre colaboradores da fabricante e fornecedores.

A Ford foi a primeira indústria automobilística a se instalar no Brasil, em 1919. No país, possui hoje fábricas em Camaçari, São Bernardo do Campo, Tatuí e Taubaté.

Sobre a Investe SP

A Investe São Paulo – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade é a porta de entrada das empresas que pretendem se instalar no Estado ou expandir seus empreendimentos.

A agência fornece, gratuitamente, informações estratégicas que ajudam os investidores a encontrar os melhores locais para seus negócios, prestando assessoria ambiental, tributária e de infraestrutura, facilitando o relacionamento das empresas com instituições governamentais e concessionárias de serviços públicos. Tudo isso com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e a inovação em São Paulo.

Outra importante missão da Investe SP é incentivar as exportações de pequenas e médias empresas, também de forma gratuita. Ainda estão sob as atribuições da agência prospectar novos negócios para o Estado ao redor do mundo, receber delegações estrangeiras e promover a imagem de São Paulo no Brasil e no exterior como principal destino de empresas na América Latina.

Cenários para a Indústria Automobilística 2018

27/04/2018 – Fonte: CIMM

O setor automotivo brasileiro enfim saiu do cenário de escassez e encerrou o ciclo de contração nas vendas. A questão é que a nova etapa não é exatamente de abundância,

mas de ajustes e preparação para a fase de crescimento, com investimento em produtividade, em renovação de portfólio e na revisão dos processos.

Em suma, a busca é por eficiência. Essa é uma das conclusões do estudo Cenários para a Indústria Automobilística, realizado pela Roland Berger em parceria com Automotive Business para medir a temperatura da indústria.

Em sua quinta edição, o levantamento teve recorde de participantes, com mais de 600 respondentes que atuam em diversos elos da cadeia de valor – quase metade deles em posições de diretoria, vice-presidência e presidência.